

NEWSLETTER

Nº 58/26

08 OUTUBRO DE 2026

OE 2027: AS PROPOSTAS FISCAIS DOS PARTIDOS

A discussão em torno do OE 2027 tem sido marcada por propostas de redução da carga fiscal sobre as famílias e as empresas e por medidas dirigidas ao custo de vida - em particular à alimentação, aos combustíveis e à habitação. Entre as propostas apresentadas pelos partidos destacam-se reduções do IVA, alterações à tributação dos rendimentos e medidas de incentivo à poupança.

As posições diferem, contudo, quanto ao alcance das reduções fiscais e às formas de financiamento. Enquanto alguns partidos defendem uma redução transversal dos impostos, outros propõem concentrar os benefícios nos contribuintes com menores rendimentos e reforçar a tributação dos patrimónios, lucros ou empresas de maior dimensão.

A concretização destas medidas dependerá da evolução da discussão e aprovação da proposta do OE para 2027.

Litigation Team



O ENQUADRAMENTO

A preparação da proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2027 tem colocado em discussão diversas propostas fiscais com impacto nas famílias, nas empresas, na poupança e no património.

A redução da carga fiscal, o custo da alimentação e dos combustíveis, a tributação dos rendimentos do trabalho e dos lucros empresariais e os encargos com a habitação estão entre os principais temas em debate.

Na sequência das reuniões do Governo com os partidos com representação parlamentar, realizadas entre 28 e 30 de setembro, apresentamos uma síntese das principais propostas e posições públicas conhecidas até 5 de outubro de 2026.

Esta análise abrange os dez partidos participantes nas reuniões, com PSD e CDS-PP apresentados conjuntamente.

Importa, nesta fase, distinguir entre medidas já aprovadas com efeitos em 2027, iniciativas legislativas autónomas apresentadas pelos partidos e posições políticas ainda sem concretização legislativa.

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA E CDS | PARTIDO POPULAR

Os partidos que sustentam o Governo defendem a continuação da redução dos impostos sobre as famílias e as empresas, em articulação com o equilíbrio das contas públicas.

Após a apresentação das linhas gerais para o OE 2027, o CDS-PP destacou o IRS, o IRC e o IVA da construção, enquanto o PSD salientou a redução do IRS.

No IRS, o Governo anunciou uma nova redução das taxas aplicáveis, concretamente, de 0,3 pontos percentuais no primeiro e sexto escalões e de 0,5 pontos percentuais do segundo ao quinto escalão, com efeitos já em 2026. A medida encontra-se em discussão parlamentar e deverá ser considerada no contexto mais amplo da política fiscal para 2027.

Em IRC, a taxa geral será de 18% em 2027, na sequência de redução já prevista na legislação aprovada em 2025, através da Lei n.º 64/2025, de 7 de novembro. Para as PME's e *Small Mid Caps* abrangidas pelo regime aplicável, mantém-se a taxa de 15% sobre os primeiros € 50.000 de matéria coletável.

As posições conhecidas apontam, assim, para a continuação da redução da tributação dos rendimentos e lucros empresariais, sem que esteja ainda definido um novo quadro fiscal completo para 2027.

PARTIDO SOCIALISTA | PS

O PS tem centrado as suas posições na redução do custo de vida, defendendo medidas dirigidas, em particular, aos combustíveis e à alimentação, de aplicação imediata, em vez de se aguardar pelo início de 2027.

Nos combustíveis, recomenda a redução temporária do IVA, de 23% para 13%, por um período inicial de três meses, com avaliação mensal da evolução dos preços.

Na alimentação, defende a aplicação temporária de IVA zero a um cabaz de produtos essenciais, inicialmente por três meses e com possibilidade de renovação em função da evolução dos preços. A medida seria acompanhada por mecanismos de monitorização dos preços, custos e margens ao longo da cadeia alimentar.

O PS propõe, ainda, a redução temporária do IVA do gás engarrafado, o reforço dos apoios ao gasóleo agrícola e outras medidas dirigidas aos setores mais expostos ao aumento dos custos energéticos.

Estas posições integram a estratégia do PS para responder ao aumento do custo de vida e poderão ser apresentadas ou discutidas no âmbito do debate orçamental. A sua eventual aplicação dependerá da respetiva aprovação e concretização legislativa.

CHEGA

O Chega defende a redução do IVA sobre os combustíveis e sobre um conjunto de bens alimentares essenciais, considerando serem prioridades para a negociação do OE 2027.

Nos combustíveis rodoviários, propõe a aplicação temporária da taxa de IVA de 13%, por um período de 12 meses, com possibilidade de renovação.

Na alimentação, propõe a aplicação de IVA zero a um cabaz de bens essenciais, que inclui, entre outros, pão, arroz, massas, frutas e legumes, leite e derivados, carne, peixe, ovos, azeite, óleos e manteiga.

As propostas foram apresentadas como medidas de resposta ao aumento do custo de vida, ficando a definição final dos bens abrangidos e das condições de aplicação dependente do respetivo processo legislativo.

INICIATIVA LIBERAL | IL

A IL defende uma redução significativa da carga fiscal, acompanhada de uma maior contenção da despesa pública, em particular da tributação dos rendimentos do trabalho.

No IRS, a IL pretende reduzir a carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho, embora não tenha apresentado, até ao momento, uma nova tabela de taxas e escalões especificamente para 2027.

Na poupança, propõe a criação de contas de poupança com isenção de impostos, retomando um modelo anteriormente apresentado, que previa um limite de € 20.000 por ano para a constituição ou reforço das contas. A isenção incidiria sobre os rendimentos gerados nessas contas, nas condições previstas na proposta.

A IL defende, ainda, uma redução do ISP, com o objetivo de aliviar o impacto do aumento dos preços dos combustíveis, bem como uma redução temporária do IVA das botijas de gás.

As propostas da IL têm como orientação central a redução da carga fiscal e o incentivo à poupança, devendo a sua concretização ser avaliada no âmbito do debate orçamental.

LIVRE

O Livre defende uma maior progressividade do sistema fiscal, combinando o alívio da tributação dos rendimentos do trabalho e dos contribuintes com menores rendimentos, com um reforço da tributação sobre os patrimónios mais elevados.

Entre as propostas apresentadas encontra-se a criação de um imposto sobre grandes fortunas, dirigido a patrimónios de valor (muito) elevado. A proposta tem sido associada a patrimónios superiores a € 100 milhões, embora a definição da incidência e das respetivas regras de aplicação careça ainda de concretização.

O partido propõe também a tributação dos ganhos associados aos jogos *online*.

Na vertente social, o Livre defende a recuperação da denominada “herança social”, através da atribuição de uma dotação financeira aos jovens quando atingem a maioridade. Esta medida constituirá um apoio e não permitirá, isoladamente, afirmar que esteja definido para 2027 um imposto sucessório com taxas e limiares determinados.

As propostas do Livre procuram, assim, combinar um alívio fiscal para os rendimentos mais baixos com um reforço da tributação dos patrimónios e rendimentos mais elevados.

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS | PCP

O PCP coloca a justiça fiscal e a proteção dos rendimentos das famílias entre as prioridades para o OE 2027.

Entre as medidas anunciadas encontram-se propostas relacionadas com o crédito à habitação e com a utilização dos lucros do setor bancário para responder ao aumento dos encargos associados à subida das taxas de juro, embora as posições públicas conhecidas não definam, nesta fase, novas taxas ou mecanismos fiscais concretos para 2027.

BLOCO DE ESQUERDA | BE

O BE propõe medidas dirigidas ao custo de vida, à tributação das empresas e ao património.

Na alimentação, defende a aplicação de IVA zero a um cabaz de bens essenciais, por períodos renováveis de três meses e com acompanhamento da evolução dos preços.

Nos combustíveis rodoviários, propõe a redução do IVA de 23% para 13%, articulada com a fixação de preços máximos.

Em IRC, o BE pretende aumentar, para 21%, a taxa aplicável às empresas com faturação anual superior a €50 milhões, mantendo as taxas aplicáveis às micro, pequenas e médias empresas.

Defende, ainda, o alargamento da tributação sobre lucros extraordinários aos setores da banca e financeiro, da grande distribuição e da energia.

No património, defende a duplicação do Adicional ao IMI (AIMI), destinando a receita adicional ao financiamento da Segurança Social.

As propostas do BE combinam, assim, reduções de impostos sobre bens essenciais com um aumento da tributação sobre empresas, lucros extraordinários e patrimónios de maior valor.

PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA | PAN

O PAN apresenta propostas dirigidas sobretudo ao custo de vida, à habitação e às despesas com animais de companhia.

Na alimentação, propõe a devolução do IVA pago sobre um cabaz de bens essenciais às pessoas abaixo do limiar da pobreza, incluindo os beneficiários de pensão social de velhice. A medida dirige-se, assim, especificamente, às famílias em situação de maior vulnerabilidade.

Para os animais de companhia, o PAN propõe a redução do IVA dos serviços médico-veterinários, de 23% para 6%, bem como o aumento do limite de dedução em IRS das despesas com estes serviços.

Na habitação, defende a possibilidade de deduzir em IRS os juros dos empréstimos à habitação, acompanhada de medidas de apoio ao arrendamento jovem e à classe média.

As propostas do PAN procuram, assim, reduzir os encargos das famílias com despesas essenciais, concentrando parte dos benefícios nos contribuintes com menores rendimentos.

JUNTOS PELO POVO | JPP

O JPP pretende reforçar o IMI “familiar”, aumentando as deduções em função do número de dependentes.

A proposta prevê ainda um mecanismo destinado a preservar o valor real das deduções ao longo do tempo, bem como um regime reforçado para as regiões autónomas dos Açores e da Madeira, tendo em conta os custos associados à insularidade e à ultraperiferia.

No âmbito das prioridades para o OE 2027, o JPP defende igualmente o aumento do rendimento disponível das famílias e a redução da carga fiscal sobre bens e despesas essenciais.

OBSERVAÇÕES FINAIS

As propostas dos partidos políticos conhecidas para o OE 2027 revelam diferentes abordagens à política fiscal.

Na alimentação e nos combustíveis, vários partidos defendem reduções do IVA, embora com diferentes modelos, duração e destinatários. Na tributação dos rendimentos, coexistem propostas de redução do IRS com outras que procuram aumentar a tributação dos rendimentos e patrimónios mais elevados.

Também no plano empresarial se verificam posições distintas. Enquanto algumas propostas apontam para a redução do IRC, outras defendem um aumento da tributação sobre as empresas de maior dimensão ou sobre determinados setores.

A discussão da proposta de lei do OE 2027 deverá permitir perceber quais destas propostas serão efetivamente discutidas e aprovadas e qual será o seu impacto nas famílias, nas empresas, na poupança e na despesa fiscal (receita tributária cessante).

Até à aprovação de Lei do OE para 2027, as medidas agora conhecidas devem ser encaradas como meras propostas e posições políticas dos partidos, podendo, naturalmente, sofrer alterações durante o processo legislativo de discussão e aprovação do OE para 2027.

Rogério Fernandes Ferreira
Vânia Codeço
Álvaro Pinto Marques
Mariana Baptista de Freitas
Marta Monteiro Moreira
Marta Sequeira Campos
Raquel Tomé Castelo
Delfina Gonçalves
Teresa Simon Sosa
Joana Fidalgo Barreiro

Avenida da Liberdade 136 4º (receção)

contact@rfflawyers.com



1250-146 Lisboa • Portugal

www.rfflawyers.com

T: +351 215 915 220

Este conteúdo destina-se a ser distribuído a clientes e colegas e a informação aqui contida é fornecida como uma visão geral e abstrata. Não deve ser utilizada como base para decisões, devendo ser solicitado aconselhamento jurídico profissional em casos específicos. O conteúdo deste documento não pode ser reproduzido, no todo ou em parte, sem a autorização expressa dos autores. Para mais informações sobre este assunto, contacte-nos.

**

Prémios e reconhecimentos 2026: Legal 500 | Chambers & Partners | International Tax Review | Best Lawyers | Lexology Index | Leaders League e outros.